

ENCRUZILHADAS DA TEORIA POLÍTICA: UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA

Cristina Montalvão Sarmento

Coordenadora do Observatório Político¹

Resumo²

O Observatório Político atingiu o notável número 100 da publicação dos *Working papers*, com este centésimo número, uma série que se iniciou em 2011, pelo que completa uma década. Apesar do anglicismo utilizado, estes **documentos de trabalho**, dos associados do OP, revelam na sua maioria, trabalhos de investigação, esforços múltiplos de futuros agentes da ciência política em Portugal. Esforços antes iniciados em trabalhos de licenciatura, objetos de dissertações de mestrado, teses de doutoramento em curso e, finalmente sínteses de teses de Doutoramento, já defendidas publicamente e aprovadas, constituindo, por isso, um acervo fundamental da ciência política. Todos estes documentos de trabalho, apresentam diferentes metodologias e temas diversos que correspondem à multiplicidade de interesses dos seus subscritores. De entre os vários temas abordados, direta e indiretamente, o campo que carece de mais esclarecimento contextual, é o da teoria política. Durante muito tempo, o desafio para a identidade da teoria política tem sido o de se posicionar produtivamente em três tipos de circunscrição científica: (1) em relação às disciplinas académicas mais comuns de ciência política, à história e à filosofia; (2) entre o mundo da política e o registo mais abstrato e normativo da teoria; (3) entre a teoria política canónica e os recursos mais recentes (como a teoria feminista e crítica, análise do discurso, filme e teoria do cinema, cultura popular e política, estudos de média de massa, neurociência, estudos ambientais, ciências comportamentais e economia) em que os teóricos políticos se têm envolvido cada vez mais. Neste texto retomamos os argumentos desenvolvidos por

¹ Cristina Montalvão Sarmento é Professora Associada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Secretária-geral da AULP e diretora da Revista Portuguesa de Ciência Política.

² Inclui no final a **lista completa dos Workings Papers** realizados no Observatório e o relatório da análise dos mesmos, realizada e da responsabilidade do estagiário **Diogo Machado** que efetua atualmente o seu estágio curricular no Observatório Político (estudante do 3º ano de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.)

Drysek, Honing e Phillips, na abertura da obra coletiva *Overview of Political Science* (2011), no clássico *The Oxford Handbook of Political Science*, que visou responder à pergunta **O que é a Teoria Política?** (Ou, diríamos melhor, onde se edifica a Teoria Política?) para situar o campo científico, percorrendo as suas encruzilhadas. Deste modo, este documento de trabalho assume apenas o carácter de divulgação, seja para os espíritos mais áridos, seja para os mais preconceituosos em relação a esta área científica, e que serve, afinal, para também orientar para leituras mais amplas do desenvolvimento do tema em Portugal.

Palavras-chave

Teoria política; Ciência política; Disputa metodológicas; Movimento Perestroika; Fragmentação disciplinar

Encruzilhadas da teoria política: uma abordagem contemporânea

Para Drysek, Honing e Phillips, na abertura da obra coletiva *Overview of Political Science* (2011), no clássico *The Oxford Handbook of Political Science*, a teoria política é um esforço interdisciplinar cujo centro de gravidade está na extremidade das humanidades da, felizmente ainda indisciplinada, matéria da ciência política.

As suas tradições, abordagens e estilos variam, mas o campo está unido pelo compromisso de teorizar, criticar e diagnosticar as normas, práticas e organização da ação política no passado e no presente, ao nível nacional e internacional. Através do que, por vezes, parecem abismos de diferença, os teóricos políticos partilham a preocupação com as questões da justiça, os pressupostos e a promessa de democracia, a divisão entre modos de vida seculares e religiosos e, a natureza ou identidade, dos bens públicos, entre muitos outros tópicos. Os teóricos políticos também assumem um compromisso com o estudo humanístico da política (embora com considerável desacordo sobre o que isso significa) e um algum ceticismo em relação à hegemonia, muitas vezes procurada (ou tendencialmente imposta) pelos nossos colegas mais pretensamente e conscientemente “científicos”.

Como referem Drysek, Honing e Phillips, nos últimos anos, e especialmente nos Estados Unidos, o estudo da política tem progredido para uma postura cada vez mais formal e quantitativa. Este fenómeno acompanha um outro mais lato, que envolve a americanização da cultura europeia, fenómeno mais amplo que

envolve outras áreas, além da ciência, após a II Guerra Mundial e da vitória dos aliados.

Na verdade, este fenómeno de formalização, institucionalizou a ideia daqueles para quem a teoria política, devidamente entendida, seria uma teoria formal voltada exclusivamente para a explicação de fenómenos políticos, onde a explicação é modelada nas ciências naturais e assume a forma de pesquisar padrões e oferecer explicações causais para eventos do ser humano no mundo. Essas abordagens foram desafiadas - recentemente pelo **movimento Perestroika (Monroe 2005)** - em nome de abordagens mais qualitativas e interpretativas. Neste sentido, a teoria política está localizada a uma distância maior ou menor, deste debate quantitativo vs. qualitativo, situada num lugar entre os universais distantes da filosofia normativa e o mundo empírico da política.

Os teóricos políticos aproveitam o trabalho empírico da política, economia, sociologia e direito para informar as suas reflexões, e tem havido muitas associações produtivas entre aqueles que se autodenominam cientistas políticos e aqueles que se autodenominam teóricos políticos. A ligação com a lei é mais forte quando se trata de lei constitucional e seus fundamentos normativos (Sunstein 1993; Tully 1995; 2002). A maior parte da teoria política tem uma componente irreduzivelmente normativa - independentemente de a teoria ser sistemática ou diagnóstica na sua abordagem, textual ou cultural no seu foco, analítica, crítica, genealógica ou desconstrutiva no seu método, ideal ou fragmentada nos procedimentos, socialista, liberal ou conservadora. O campo acolhe todas essas abordagens.

Tem um preceito central, frequentemente referido a Platão, embora o próprio preceito seja instável, com a redescoberta de figuras como Sófocles, Tucídides, Baruch Spinoza e Mary Wollstonecraft, anteriormente tratados como marginais. E, a adição de novos ícones, como Hannah Arendt, John Rawls, Michel Foucault e Jürgen Habermas, que se projetam no futuro. Além disso, o tema da teoria política sempre se estendeu além deste cânone e das suas interpretações, à medida que os teóricos trazem as suas ferramentas analíticas para romances, filmes e outros artefactos culturais, e para desenvolvimentos para outras ciências sociais e, até mesmo, para as ciências naturais.

A teoria política é, assim, uma subdisciplina assumidamente miscigenada ou híbrida, sem metodologia ou abordagem dominante. Quando são solicitados a se descreverem, os teóricos às vezes empregam a abreviatura de uma influência formativa chave - como em "Eu sou um deleuziano" ou Rawlsiano, ou Habermasiano ou Arendtiano - embora seja provavelmente mais comum ser rotulado dessa forma por outros, do que reivindicar a própria descrição, muitas vezes cruzada ou em rede de múltiplos autores. Em contraste, entretanto, para alguns produtores vizinhos de conhecimento, os teóricos políticos não se

posicionam prontamente por referência a três ou quatro escolas dominantes que definem seu campo. Não há, por exemplo, nenhum paralelo com a divisão entre realistas, liberais e construtivistas, recentemente unidos por neoconservadores, que define a teoria das relações internacionais. E certamente não há nada como a velha tríade Marx-Weber-Durkheim que foi a base dos cursos de teoria sociológica até os anos 1970.

Por causa destes elementos pode, por vezes, parecer que a teoria política carece de uma identidade central. Alguns académicos procuram retificar a falta, seja colocando a teoria política no que consideram ser o seu papel como árbitro de questões universais e explorador de textos atemporais, ou colocando o foco da teoria política na história. A maioria, entretanto, tem um forte entendimento da sua vocação. Muitos vêm o caráter interno dividido e incerto do campo, como reflexo do caráter interno dividido e incerto do mundo político em que vivemos, trazendo consigo todos os desafios e promessas dessa condição.

Nas últimas duas décadas do século XX, os teóricos liberais, críticos e pós-estruturalistas responderam (de modos muito diferentes) ao colapso de antigas suposições sobre a natureza unitária das identidades dos Estados-nação. Repensaram os pressupostos e significados de identidade, muitas vezes rejeitando concepções unitárias e avançando para concepções mais pluralistas. Essas reflexões tiveram um impacto na auto percepção e compreensão do próprio campo. Felizmente para a teoria política, o processo coincidiu com um movimento dentro da academia para re-conceber o conhecimento em geral, como mais fundamentalmente interdisciplinar. Esta reconsideração da função e do papel dos limites das disciplinas académicas pode ajudar outros, bem como os teóricos políticos, a ver o pluralismo do campo como uma virtude e uma força, ao contrário de uma fraqueza que precisa de retificação.

I. Dilemas com a ciência política

A relação da teoria política com a disciplina da ciência política nem sempre foi bem-aventurada. Desde a fundação da disciplina no final do século XIX, tem havido proclamações periódicas de seu novo caráter científico. O outro “soft” para a nova ciência, por vezes, tem sido o jornalismo, às vezes a narrativa histórica, às vezes os métodos de estudo de caso. Também tem sido, muitas vezes, a teoria política.

Começando na década de 1950, os revolucionários comportamentais tentaram purgar as fileiras dos teóricos - e tiveram algum sucesso nisso num ou dois grandes departamentos de ciência política dos EUA. O impacto posterior da teoria da escolha racional encorajou outros, como William Riker (1982a, 753), a rejeitar "belas cartas, críticas e especulação filosófica" combinadas com

"fenomenologia e hermenêutica". Para aqueles movidos pelas suas aspirações científicas, sempre foi importante distinguir o estudo científico "verdadeiro" da política, de abordagens mais humanistas - e a teoria política carrega o peso disso.

Em resposta os teóricos políticos apontaram, que a ciência e a objetividade estão imersas numa normatividade que os "cientistas" erroneamente assim autoproclamados rejeitam; e os teóricos não estão inclinados a aceitar a descrição da "ciência" política pelo seu valor nominal. Os teóricos da política desafiam a ideia de que seu próprio trabalho em teoria normativa carece de rigor, apontando para critérios dentro da teoria política que os diferenciam de trabalhos menos rigorosos.

Embora resistam às suposições epistêmicas do empirismo, muitos também apontam que muito do que é considerado teoria política está profundamente envolvido com a política empírica: o que, afinal, poderia ser mais "real", vital e importante do que os símbolos e categorias que organizam as nossas vidas e as estruturas da nossa compreensão? Os franceses têm uma palavra para descrever quais são os resultados quando os eleitos para presidente e primeiro-ministro são representantes de dois partidos políticos diferentes: a coabitação. A palavra conota, de várias maneiras, cooperação, tolerância, sofrimento, antagonismo e um senso de empresa comum. A coabitação, nesse sentido, é uma boa forma de construir a relação entre a teoria política e a ciência política.

II. Ligações à história

A história como ponto de referência também se tem mostrado controversa, com debates recorrentes sobre até que ponto a teoria é contida no seu contexto histórico e se é possível, legitimamente, empregar princípios políticos de uma época como base para criticar a prática política de outra. Quando Quentin Skinner, famoso pelo seu compromisso com o contextualismo histórico, sugeriu que os primeiros princípios da liberdade republicana poderiam oferecer uma alternativa reveladora às concepções de liberdade em torno das do presente, teve o cuidado de se distanciar de qualquer sugestão de que "historiadores intelectuais devem transformar-se em moralistas" (Skinner 1998, 1189) e, cumulativamente, recebeu críticas por abandonar a cautela tradicional do historiador.

Num ensaio publicado em 1989, Richard Ashcraft apelou aos teóricos políticos para reconhecer o caráter fundamentalmente histórico do seu empreendimento. Todavia, embora os teóricos contemporâneos reconheçam as "condições sociais / históricas básicas que estruturam" a sua prática, "esse reconhecimento não

serve como uma diretriz consciente para o ensino e redação de teoria política". Ashcraft continuou: "Pelo contrário, a teoria política é ensinada e escrita como se fosse uma grande filosofia, e não ideologia" (Ashcraft 1989, 700). Para Ashcraft, reconhecer o caráter ideológico da teoria política significava abraçar o seu caráter político.

Os seus principais críticos foram Leo Strauss e seus seguidores, a quem Ashcraft percebeu como refletindo sobre evidências de padrões universalmente válidos em teóricos políticos canônicos e apelando a esses padrões para julgar os trabalhos. Para os Straussianos, a sabedoria dos grandes e antigos está fora da história. Ashcraft também criticou Sheldon Wolin, que partilhou o descontentamento de Ashcraft com os Straussianos, por causa da sua atenção inadequada à política. Embora Wolin reconhecesse a historicidade dos textos que examinou no seu seminal *Politics and Vision* (1960), Ashcraft afirmou que Wolin resistia à "transformação por atacado" que resultaria, tanto na sua visão, quanto na de Ashcraft, a colocar essa historicidade no centro de sua prática interpretativa.

Wolin é famoso por defender o que, no estilo de Hannah Arendt, chamou "o político": a política entendida, não na sua capacidade instrumental (Harold Lasswell (1961) "Quem obtém o quê, quando e como"), mas antes, na sua orientação para o bem público, juntamente com o compromisso com a "felicidade pública" da participação política. Contra Ashcraft, pode se perceber o movimento de Wolin para o político como uma forma de dividir a diferença entre um universalismo Straussiano e o contextualismo denso da abordagem historicista preferida de Ashcraft.

Neste sentido, "o político" é uma categoria conceitual, fora da história, que rejeita a ideia de que a política diz respeito a verdades universais, ao mesmo tempo que rejeita a redução da política a interesses. "O político" tende a conotar-se, no mínimo, com alguma forma de ação individual ou coletiva que perturba estados comuns de coisas, vida normal ou padrões rotineiros de comportamento ou governação. Existem diversas concepções desta noção, como por exemplo: o político obtém o significado da sua figuração na obra de Wolin, em contraste principalmente com o estatismo, o constitucionalismo e a apatia política; na obra de Arendt, em contraste com as esferas privadas ou naturais do comportamento humano; e no trabalho de Rancière (1999) em contraste com a "polícia".

III. Conotação com a filosofia

A influência menos histórica na teoria política nas últimas décadas foi John Rawls, cujo trabalho transformou a teoria política e representa uma aliança

estreita com a filosofia analítica. Num relato popular, Rawls emerge como o salvador estrangeiro da teoria política e resgatou a teoria política da estagnação com a publicação em 1971 de *A Theory of Justice*. O livro de Rawls foi uma investigação ambiciosa, normativa e sistemática de como a justiça política, económica e social deveria ser nas democracias contemporâneas. Rawls acompanhou Kant ao procurar a razão para julgar o que ele via como a questão fundamental da política: o conflito entre liberdade e igualdade. Ao escrever no contexto da disciplina da filosofia, ele devolveu a teoria política a um de seus grandes estilos (v.g. Tocqueville, *Democracia na América*). Muitos trabalhos subsequentes sobre questões de justiça e igualdade prosseguiram nesse sentido, e embora aqueles que seguiram Rawls não tenham necessariamente partilhado as suas conclusões, frequentemente empregaram experiências mentais semelhantes, para chegar à relação apropriada entre igualdade e escolha. O *leilão de conchas* imaginado por Ronald Dworkin (1981), onde todos os recursos da sociedade estão à venda e os participantes empregam as conchas para licitar o que melhor se adapta aos seus próprios projetos na vida, é outra ilustração clássica. A partir do que parece ser o mais remoto dos cenários, Dworkin aproximou-se do domínio de recomendações muito específicas para o estado de bem-estar contemporâneo.

Em consequência, uma vertente dos debates atuais em teoria política circula em torno da relação entre o registo mais abstrato ou hipotético da filosofia analítica e abordagens que enfatizam as especificidades de contextos históricos ou contemporâneos. Aqueles que trabalham em estreita associação com as tradições da filosofia analítica - e muitas vezes preferem denominar-se filósofos políticos - geraram alguns dos trabalhos mais interessantes e inovadores das últimas décadas. Mas também foram desafiados repetidamente.

Comunitaristas e pós-estruturalistas afirmam que o indivíduo do liberalismo rawlsiano não é neutro, mas uma premissa ideológica com efeitos políticos significativos e não reconhecidos nas conclusões teóricas (Sandel 1982; Honig 1993). Feministas criticam a abstração analítica da diferença corporal como um movimento que reforça suposições heteronormativas e desigualdades de género (Okin 1989; Pateman 1988; Zerilli 2006). Mais tarde, o liberalismo analítico fez algumas concessões consideráveis a este respeito. No liberalismo político, por exemplo, Rawls já não representa a sua teoria da justiça como abordando o que é certo para todas as sociedades em todos os momentos, mas tem o cuidado de apresentar os seus argumentos como refletindo as intuições das sociedades contemporâneas liberais e pluralistas.

IV. Relação com a política do “mundo real”

Ainda segundo estes autores, a que nos reportamos, o modo como a teoria política se posiciona em relação à ciência política, à história e à filosofia pode ser lida em parte, como reflexos sobre o significado do político. Também pode ser abordado como reflexões sobre a natureza da teoria e o que pode - ou não pode - ser trazido à existência por meio do trabalho teórico. As possibilidades são limitadas de um lado pelo utopismo. Os teóricos políticos parecem mais vulneráveis às críticas de cientistas políticos ou economistas quando as suas explorações normativas geram conclusões que não podem ser implementadas de forma plausível: princípios de vida, talvez, que invoquem as práticas de sociedades; ou princípios de distribuição que ignoram a implosão do comunismo ou a disseminação global aparentemente irresistível de ideias consumistas (ver Dunn 2000, para um desses avisos). Parece existir, uma vertente importante na teoria política que aprecia o rótulo utópico, considerando isso como uma evidência da capacidade de pensar além dos limites atuais, a versão do que se chamou *o teórico político da ciência do céu azul*. Desde Aristóteles, porém, isso foi desafiado por uma insistência em trabalhar dentro dos parâmetros do possível, uma insistência muitas vezes convocada como “sóbria” por aqueles que a favorecem. O que está em questão aqui não é o status da teoria política em relação à ciência política, mas como a teoria se relaciona com os desenvolvimentos no mundo político.

Alguns acham que isso não é possível. John Gunnell (1986) representou a teoria política como alienada da política, enquanto Jeffrey Isaac (1995) argumenta que um leitor de periódicos de teoria política em meados da década de 1990 não teria ideia de que *o Muro de Berlim tinha caído*. Contra isso, podem ser citados uma abundância de estudos que empregam resultados empíricos para lançar luz sobre as perspectivas do mundo real para o tipo de democracia deliberativa atualmente defendida por teóricos democráticos (ver, por exemplo, a dupla edição de 2005 da *Acta Política*); ou testando teorias de justiça com referência a estudos empíricos de mobilidade social (Marshall, Swift e Roberts 1997). Ou pode ainda fazer-se referência ao grande número de teóricos políticos com interesse em eventos políticos contemporâneos, como a formação de uma identidade europeia, o novo regime internacional de direitos humanos e a política de imigração, a evasão das Convenções de Genebra na viragem do século XX, ou a resposta política apropriada aos desastres naturais que os leva a pensar sobre como teorizar esses eventos.

Os conceitos ou figuras de pensamento aqui invocados incluem a “vida nua” do ser humano de Giorgio Agamben (1998) a quem tudo pode ser feito pelo Estado, o “poder disciplinar” de Michel Foucault (1979) que condiciona o que as pessoas podem pensar, o de Carl Schmitt (1985) “estado de exceção” em que o soberano suspende o estado de direito, o juiz sobre-humano de Ronald Dworkin (1977)

"Hércules", a "hospitalidade incondicional" de Jacques Derrida (2000) ao outro, ou as "marcas de soberania de Étienne Balibar (2004)". Todos, em conjunto, sinalizam, a arrogação para si próprios pelos atores políticos da sociedade civil, de direitos e privilégios de ação, historicamente assumidos pelos Estados.

Neste sentido, os teóricos políticos aproveitam os acontecimentos experienciados, voltando a sua atenção para os desafios apresentados pela crise ecológica; para a política de emergência ou segurança; para o impacto das novas tecnologias nas formas como pensamos sobre privacidade, justiça ou a categoria do humano; para o impacto de novas migrações nas ideias de raça, tolerância e multiculturalismo; para as implicações das crescentes desigualdades globais na maneira como teorizamos liberdade, igualdade, democracia, soberania ou hegemonia, em múltiplas instituições, incluindo a universitária, como o movimento perestroika na academia.

Portanto, institucionalmente, a teoria política está localizada em várias disciplinas, começando, é claro, com a ciência política, mas também através da filosofia e do direito, e incluindo alguma representação em departamentos de história, sociologia e economia, dependendo muitas vezes da sua autonomia disciplinar e do campo de origem; também assim foi e ainda é atualmente, em Portugal.

A ilustração com erudição, como a teoria política/ ciência política foi emergindo e depois rececionada em Portugal, através dos nossos múltiplos cultores, foi inventariada em profundidade, por José Adelino Maltez (Maltez, 2007 80-140), onde se clarifica como a matriz político-jurídica lhe está subjacente e por vezes se mantém. Aí se esclarece como, primeiro o Krausismo, e depois o positivismo marcaram a evolução dos estudos nesta área, num percurso que alcança a consagração institucional, pela mão de Adriano Moreira e alcança a sua maioria nas obras de António Marques Bessa, António Sousa Lara e em particular na produção da vasta obra de José Adelino Maltez, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Neste sentido, esta escola vai muito além das emergências posteriores em várias Universidades, como por exemplo nas Universidade do Minho, iniciada pela pena do Padre jesuíta Lúcio Craveiro da Silva, cujos atuais herdeiros liderados por João Cardoso Rosa, mantêm a linha sucessória viva, ou por exemplo, na Universidade da Covilhã pela maestria filosófica de António Carreto Fidalgo.

Na obra *Metodologias da Ciência Política* (Maltez 2007) enumera o percurso português neste domínio, após ter realizado a inventariação da implementação dos modelos institucionais das escolas europeias e norte-americana (Maltez, 2007 27-76), assim como dos autores de referência de cada uma, o que representa uma ferramenta de acompanhamento fundamental, que permite

esclarecer, como e onde, as diferentes escolas de ciência política portuguesa, muitas vezes inconscientemente, radicam as suas orientações.

V. Cristalização

Deste modo, institucionalmente, a teoria política está localizada em várias disciplinas, começando, é claro, com a ciência política, mas continuando através da filosofia e do direito, e incluindo alguma representação em departamentos de história, sociologia e economia. Isso significa que as associações profissionais e as revistas dessas disciplinas acolhem (ainda que em graus variados) publicações na área de teoria política. O campo disciplinar também tem associações próprias que patrocinam conferências: a Conferência para o Estudo do Pensamento Político Internacional e a Associação para Teoria Política (ambas com sede na América do Norte). No Reino Unido, há uma conferência anual de Teoria Política em Oxford; e embora o Consórcio Europeu para a investigação política tenha tendido a se concentrar nos estudos comparativos, também fornece um contexto importante para workshops sobre teoria política. A teoria política está muito em evidência nas reuniões de associações disciplinares. A seção de Fundamentos de Teoria Política da *American Political Science Association* é especialmente importante, não apenas por organizar painéis e palestras, além de patrocinar prêmios, mas também por acolher o que é provavelmente o maior número de teóricos políticos numa sala por algumas horas, todos os anos.

No entanto, a teoria política é um campo muito orientado para a publicação de livros, um fato que deprime artificialmente a posição dos jornais de teoria política quando calculados a partir de índices de citação, pois mesmo artigos de periódicos da área tendem a citar livros em vez de outros artigos.

É certo ainda que, todas as principais editoras acadêmicas de língua inglesa publicam teoria política. A série *Oxford Political Theory* da *Oxford University Press* é especialmente notável. A revista mais bem estabelecida de teoria política é a *Teoria Política*, fundada em 1972. Antes do seu estabelecimento, o mais próximo que tínhamos de um periódico acadêmico de teoria política geral eram séries de livros. A primeira e mais famosa, foi a série esporádica de *Filosofia, Política e Sociedade* publicada por Basil Blackwell e sempre co-editada por Peter Laslett, que atingiu o sétimo volume em 2003. A Springer também edita a série *Societies and Political Transition*, que vai já em 11 volumes.

Nos últimos anos, assistimos a uma explosão nos títulos de revistas de teoria política: *History of Political Thought*; *Journal of Political Philosophy*; *European Journal of Political Theory*; *Teoria Política Contemporânea*; *Constelações*. *The*

Review of Politics publica desde 1939, embora a cobertura tenha sido seletiva, com destaque straussiano em grande parte da sua história.

De entre as revistas de ciência política em geral, em língua inglesa, também é bastante comum encontrar teoria política publicada em *Polity and Political Studies*, um pouco menos no *American Journal of Political Science*, no *British Journal of Political Science* e no *Journal of Politics*. Diante disso, a *American Political Science Review* publica um número substancial de artigos de teoria política, mas a maioria deles situa-se na história do pensamento político, com autores straussianos particularmente bem representados. Em filosofia, *Ética e Filosofia* e *Relações Públicas* são as duas revistas com maior probabilidade de publicar teoria política. Alguns dos jornais jurídicos com maior inclinação teórica publicam teoria política, e o mesmo ocorre com algumas das revistas de sociologia com maior inclinação política. Teóricos políticos podem ser encontrados a publicar em áreas relacionadas, com o feminismo, direito, relações internacionais ou estudos culturais, entre outros, conforme os cruzamentos disciplinares.

Na verdade, e em conclusão, ao reescrever para divulgação, esta visão geral do estado e posição atual da teoria política, a partir do *Overview of Political Science* (2011), que o clássico *The Oxford Handbook of Political Science* firmou e reafirmou, e remetendo para a obra *Metodologias da Ciência Política* (2007) de José Adelino Maltez, no caso português, ficamos, simultaneamente, impressionados com o forte sentido de comprometimento político e a forma como isso molda o campo.

E, também como muitos jovens percussores desta área, estão representados nos documentos de trabalho do Observatório político, cuja lista foi agregada no final a este *working paper*, o que assinala e comemora os nossos dez anos e, em simultâneo, este centésimo número.

Assinalam-se os documentos de trabalho sobre a atividade do Observatório político realizados para memória futura e, todos, podem ser lidos e consultados em: <http://www.observatoriopolitico.pt/publicacoes/working-papers>. No final foi ainda incorporado o relatório sobre os WP's, elaborado e da responsabilidade do Diogo Machado, que realiza atualmente o estágio curricular no Observatório Político, a quem agradecemos o trabalho realizado.

Referências

As referências aqui incluídas, à exceção de Maltez, J.A., reportam-se às edições citadas no texto de referência, *Oxford Handbook of Political Theory* (2011) ed. J. S. Dryzek, B. Honig, and A. Phillips. Oxford: Oxford University Press, para permitir a sua consulta.

Agamben, G. 1998. *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*, trans. D. Heller-Roazen. Stanford, Calif.: Stanford University Press.

Arendt, H. 1958. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press.

Ashcraft, R. 1989. Political theory and the problem of ideology. *Journal of Politics*, 42: 687–705.

Balibar, É. 2004. *We the People of Europe? Reflections on Transnational Citizenship*, trans. J. Swenson. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Brown, C. 2006. From international to global justice? Pp. 621–35 in *Oxford Handbook of Political Theory*, ed. J. S. Dryzek, B. Honig, and A. Phillips. Oxford: Oxford University Press

Deleuze, G. and Guattari, F. 1977. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. New York: Viking.

Dean, J. 2006. Political theory and cultural studies. Pp. 751–72 in *Oxford Handbook of Political Theory*, ed. J. S. Dryzek, B. Honig, and A. Phillips. Oxford: Oxford University Press.

Derrida, J. 2000. *Of Hospitality: Anne Dufourmantelle Invites Jacques Derrida to Respond*, trans. R. Bowlby. Stanford, Calif.: Stanford University Press.

Dunn, J. 2000. *The Cunning of Unreason: Making Sense of Politics*. New York: HarperCollins.

Dworkin, R. 1977. *Taking Rights Seriously*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Dworkin, R. 1981. What is equality? Part 1: equality of welfare; Part ii: equality of resources. *Philosophy and Public Affairs*, 10: 185–246; 283–345.

Foucault, M. 1979. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. New York: Vintage.

Gunnell, J. G. 1986. *Between Philosophy and Politics: The Alienation of Political Theory*. Amherst: University of Massachusetts Press.

Habermas, J. 1989. *The Structural Transformation of the Public Sphere*, trans. T. Burger. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Honig, B. 1993. *Political Theory and the Displacement of Politics*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

Isaac, J. C. 1995. The strange silence of political theory. *Political Theory*, 23: 636–52.

Lasswell, H. D. 1961. *Politics: Who Gets What, When and How*. Cleveland, Oh.: World.

Maltez, J. A. 2007. *Metodologias da Ciência Política*. Lisboa: ISCSP.

- Marshall, G., Swift, A., and Roberts, S. 1997. *Against the Odds? Social Class and Social Justice in Industrial Societies*. Oxford: Clarendon Press.
- Monroe, Kristen. R. 2005. *Perestroika! The Raucous Rebellion in Political Science*. New Haven: Yale University Press.
- Okin, S. M. 1989. *Justice, Gender and the Family*. New York: Basic Books.
- Pateman, C. 1988. *The Sexual Contract*. Cambridge: Polity.
- Rancière, J. 1999. *Dis-agreement*, trans. J. Rose. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Rawls, John. 1971. *A Theory of Justice*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Riker, W. H. 1982a. The two-party system and Duverger's Law: an essay on the history of political science. *American Political Science Review*, 76: 753–66.
- Sandel, M. 1982. *Liberalism and the Limits of Justice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schmitt, C. 1985. *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty*, trans. G. Schwab. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Skinner, Q. 1998. *Liberty before Liberalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sunstein, C. R. 1993. *The Partial Constitution*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Wolin, S. 1960. *Politics and Vision*. Boston: Little, Brown.
- Wolin, S. 1969. Political theory as a vocation. *American Political Science Review*, 63: 1062–82.
- Tully, J. 1995. *Strange Multiplicity: Constitutionalism in an Age of Diversity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tully, J. 2002. The unfreedom of the moderns in relation to the ideals of constitutional democracy. *Modern Law Review*, 65: 204–28.
- Zerilli, L. 2006. Feminist theory and the canon of political thought. Pp. 106–24 in *Oxford Handbook of Political Theory*, ed. J. S. Dryzek, B. Honig, and A. Phillips. Oxford: Oxford University Press.

LISTA DOS 100 WP'S DO OBSERVATÓRIO POLÍTICO

2011			
1	A Reforma do Sector da Segurança e a Prevenção e Combate à Corrupção nas Instituições de Defesa e Segurança	<i>Joana Carvalho Costa</i>	Nov.
2	Construir Teatros e Cineteatros em Portugal: “Novos Palcos para os Artistas, Novos Espetáculos para o Público”	<i>Carlos Vargas</i>	Dez.
3	O Mapa Autárquico Português - De pequenas medidas a grandes reformas	<i>Rui Estevão Alexandre</i>	Dez.
2012			
4	A Representação de Interesses nas Políticas de Género da União Europeia	<i>Sara Reis</i>	Jan.
5	O que podemos saber sobre política e arte é suficiente?	<i>Patrícia Oliveira</i>	Jan.
6	A Primavera Árabe e a Participação Eleitoral Islamista	<i>Diogo Noivo</i>	Fev.
7	Federalismo Europeu: Sentido, Alcance e o Lugar de Portugal	<i>Paulo Carvalho Vicente</i>	Fev.
8	Aviação Civil e Segurança Internacional	<i>Raquel Santos Duque</i>	Mar.
9	Política Mediatizada: A Televisão e a Configuração do Dispositivo de Comunicação Política	<i>Francisco Carvalho Vicente</i>	Abr.
10	Teoria Política e Engenharia Social - A Polémica Popper vs. Hayek	<i>Carlos Oliveira Santos</i>	Abr.
11	Desafios da Segurança na Sociedade Globalizada	<i>Luís Manuel Elias</i>	Mai
12	A Europa de Jean-Marx Ferry	<i>José Pereira da Costa</i>	Jun.
13	Secularização: inícios, meio e paradoxos modernos	<i>Jorge Botelho Moniz</i>	Jun.
14	Musealização do Holocausto	<i>Teresa Furtado</i>	Jul.
15	(Des) Construindo o Discurso Legitimador da CPLP: Comunidade 'Lusófona' ou Fictícia?	<i>Suzano Costa</i>	Jul.
16	A política como anamnese: história e dever de memória em Benjamin e Levinas	<i>Paulo Barcelos</i>	Set.
17	Susan Sontag e os Direitos Humanos	<i>Maria João Cabrita</i>	Out.

18	Nacionalismos de Oposição - Comunistas e Radicais de Direita no Período do Estado Novo Salazarista	<i>Ana Filipa Guardião</i>	Out.
19	A História do Partido dos Trabalhadores: Uma Narrativa Brasileira	<i>Bruno Bernardes</i>	Nov.
2013			
20	Investigar em Ciência Política	<i>Cristina Montalvão Sarmiento</i>	Jan.
21	A Ásia Oriental no pós-Guerra Fria: entre a rivalidade e a cooperação	<i>Joana Yemi Pereira</i>	Jan.
22	O Desenho Constitucional e a Presidencialização do Sistema de Governo	<i>Gilberto Pereira</i>	Fev.
23	A Bioética Global	<i>Diogo Paeta</i>	Fev.
24	A Cidadania e o Serviço Nacional de Saúde	<i>Liliana de Almeida</i>	Mar.
25	"O Género Como Fator Determinante do Discurso político - Por uma Leitura Crítica	<i>Catarina Santos</i>	Mar.
26	A adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem - Uma História sem Fim	<i>Graça Moniz</i>	Abr.
27	O Novo Paradigma da Prevenção de Conflitos em África	<i>Luís Bernardino</i>	Abr.
28	A Privatização da Segurança na América Latina e o Impacto da Mesma na Democracia da Região	<i>Cláudia Madruga</i>	Mai
29	A Política Agrícola Comum no processo de construção europeia	<i>Luís Sargento</i>	Mai
30	Estagiar em Ciência Política: 2 programas, 6 fases, 20 estagiários	<i>João Mártires</i>	Jun.
31	Consequências da Queda do Regime de Muammar Kadhafi	<i>Raul Braga Pires</i>	Jun.
32	Na semiperiferia do Sistema-Mundo: Portugal e a "Modernização"	<i>Andreia Nunes</i>	Jul.
33	Porque quer e deve o Irão ter a bomba atómica?	<i>Cristiana Silva</i>	Ago.
34	Grécia Moderna: o Regresso ao Tártaro?	<i>Manuel Filipe Canaveira</i>	Set.
35	Língua Portuguesa: olhares em perspetiva	<i>Catarina Gama</i>	Out.
36	Sistema Político Chinês: um regime pós-totalitário	<i>José Campino</i>	Out.
37	Gestão Fronteiriça e Políticas de Migração e Asilo da União Europeia no Pós Primavera Árabe: o risco de um <i>Double Shifting Out</i>	<i>Alain Montalvão Lantoine</i>	Nov.

38	A Figura do Herói na Política - Poder e Influência	<i>Alexandra Martins</i>	Dez.
2014			
39	A Comunicação Estratégica da NATO	<i>Marta Ceia</i>	Jan.
40	Politipédia - Repertório Português de Ciência Política	<i>Pedro Sobral e Rui Coelho</i>	Fev.
41	O Envolvimento Democrático dos Movimentos Sociais	<i>Carlos M. J. Alves</i>	Mar.
42	Raymond Aron: Um Construtivista "Avant la Lettre"?	<i>Vítor Ramon-Fernandes</i>	Mar.
43	Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) ou Conceito Estratégico de Segurança Nacional (CESN)? Um Falso Dilema	<i>António Horta Fernandes</i>	Abr.
44	Geórgia e a Ucrânia Unidas Pelo Passado Soviético e o Secessionismo Interno	<i>Paulo Cunha Dinis</i>	Abr.
45	A Dicotomia Público-Privado	<i>Victor Correia</i>	Mai
46	Participação e Qualidade da Democracia no Portugal Democrático: o Caso do Realojamento no Bairro de Santo António, em Camarate	<i>Camila Rodrigues</i>	Jun.
47	The Urban Milieu and its Slaying	<i>Filipa Brandão</i>	Set.
48	The Colonization of Critique: Habermas' Over-reliance on Systems Theory and its Implications for Critical Theory	<i>André Saramago</i>	Out.
49	Diferendo Internacional: Dokdo ou Takeshima?	<i>João Carlos Bandeira</i>	Nov.
50	Divulgando a Cultura do Observatório Político: os Cursos	<i>Catarina Sampaio Rolim</i>	Dez.
2015			
51	Cultura, Pluralidade e Democracia - Artigo baseado em <i>Apocalípticos e Integrados</i> , de Umberto Eco	<i>Mariana Carmo Duarte</i>	Jan.
52	A Crise e o Romper do Rotativismo: o Caso do Syriza na Grécia	<i>Ricardo Cabral Fernandes</i>	Fev.
53	Competitividade Fiscal em Economia Aberta	<i>João Ricardo Catarino</i>	Mai
54	Comunicação, Opinião Pública e Formação de Preferências Eleitorais	<i>Rodrigo Sousa Oliveira</i>	Jun.
55	O Retorno da Aliança Celestial: Interdependência Económica e a Questão Energética	<i>Joana Lemos e Silva</i>	Jul.
56	Os Desafios da Segurança Comunitária Africana: Entre a Retórica Discursiva e a Prática Político-Militar, Quid do Papel da	<i>Ricky Apolo</i>	Set.

	União Africana nos Processos de <i>Peacekeeping</i> e <i>Peacebuilding</i> no Panorama Continental?		
57	Pólis, participação política e as mulheres: John Stuart Mill	<i>Tiago Rego Ramalho</i>	Out.
58	Nacionalismo e desafios contemporâneos	<i>Ana Rita Dias</i>	Dez.
2016			
59	Os conceitos de liberdade e segurança em Thomas Hobbes: conjunção ou disjunção?	<i>Hugo Ferrinho Lopes</i>	Mar.
60	(E/i)migrantes e “retornados” em Portugal: direitos humanos, geopolítica e os fluxos migratórios (do estado novo à democracia)	<i>Ana Campina</i>	Abril
61	Representações mediáticas da “noite que mudou a Alemanha” ¹ : a violência sexual como veículo de islamofobia?	<i>Verónica Ferreira</i>	Maio
62	A evolução dos conflitos e da ordem mundial num mundo multipolar	<i>João Sampaio</i>	Jun.
63	Porquê o conflito armado em Moçambique? Enquadramento teórico, dominância e dinâmica de recrutamento nos partidos da oposição	<i>Emmanuel Cortês</i>	Set.
64	As motivações que levam os jovens a aderir aos partidos políticos em Portugal	<i>Patrícia Tomás</i>	Out.
65	A evolução do direito de sufrágio na história constitucional portuguesa	<i>José Pedro Almeida</i>	Nov.
66	Representação política e democracia: uma análise do panorama político contemporâneo a partir de Hanna Pitkin	<i>Orlando Coutinho</i>	Dez.
2017			
67	Paving the new silk road: the evolution of the sino-german strategic partnership	<i>Alberto Cunha</i>	Jan.
68	O estudo dos assuntos religiosos pela ciência política	<i>Jorge Botelho Moniz</i>	Fev.
69	A liderança e o gênero na media política brasileira: Dilma Rousseff e as eleições de 2014	<i>Marina Finger</i>	Mar.
70	Mali peace process. Constitutional implications of the Algiers peace process agreement	<i>Maria Ejarque Albuquerque</i>	Abril
71	Nation branding: o poder das ideias nas relações internacionais contemporâneas	<i>Cristiana Oliveira</i>	Maio

72	Política como a construção do povo versus o fenómeno das multidões como a morte da política: as perspetivas teóricas de Laclau e Negri	<i>Fátima Lampreia Carvalho</i>	Jun.
73	Uma visão sistémica da sociedade e dos partidos políticos: <i>Robert Michels e o oligárquico-elitismo</i>	<i>Tiago Rego Ramalho</i>	Jul.
74	A luta armada revolucionária em Portugal: uma história ao luar	<i>Duarte Carrasquinho</i>	Set.
75	Educação: a ágora ou Wall street? – uma falsa questão	<i>Carlos Alves</i>	Out.
76	Salazarismo: autoritarismo ou fascismo? A união nacional em perspetiva organizacional e comparativa	<i>Hugo Ferrinho Lopes</i>	Nov.
77	Europeísmo e “soberania complexa”: uma abordagem sintética a partir do pensamento de Peter Sloterdijk	<i>Orlando Coutinho</i>	Dez.
2018			
78	Cáucaso, Cáspio e política internacional: uma análise do conflito de Nagorno Karabakh	<i>Marta Ramos</i>	Jan.
79	“Portugal isn’t a small country”: the construction of colonial memory under Salazar’s estado novo	<i>Teresa Bandeira de Carvalho</i>	Fev.
80	Meritocracia, apenas o menor dos males?	<i>Carlos Alves</i>	Mar.
81	Campo de concentração: a instituição total de um regime totalitário	<i>Helena Tojo e Margarida Pereira</i>	Jun.
82	Analyzing the common agricultural policy as a case of conceptual shifts (1957-2016)	<i>Luís Sargento Freitas</i>	Out.
83	From ritual infanticide to political power. A frame for the study of political powers in Guiné Bissau	<i>Cláudia Favarato</i>	Nov.
84	Corrupção e cultura política em tempos de crise: implicações para a democracia brasileira	<i>Andressa Costa</i>	Dez.
2019			
85	Portugal e a autodeterminação de género: uma análise discursiva	<i>Sara Teixeira</i>	Jan.

86	Portugal and Sweden – diplomatic history and bilateral foreign policy	<i>Luís Sargento Freitas</i>	Maio
87	The role of the United Nations in overcoming the erosion of the international liberal order in Thomas Weiss’s perspective	<i>Helena Inácio</i>	Jun.
88	The European Union trust fund for Africa: a literature review	<i>João Monteiro</i>	Set.
89	Teoria construtivista e o populismo contemporâneo: o caso brasileiro	<i>Náthaly Calixto</i>	Out.
2020			
90	Social constructionism, power and behaviour: a post-structuralist analysis	<i>Tomás Correia</i>	Mar.
91	A desintegração da comunidade muçulmana na europa como caminho para o terrorismo endógeno	<i>Diogo Nascimento</i>	Abr.
92	Líderes populistas e a crise do coronavírus: comparações entre Estados Unidos e Brasil	<i>Andressa Costa e Ana Bernardi</i>	Maio
93	A promoção da identidade europeia sob a perspetiva do programa ERASMUS +	<i>Ana Rita Dias</i>	Jun.
94	A escalada de Erdoğan ao poder absoluto na Turquia	<i>Diogo Moreira</i>	Jul.
95	Estado de arte da guerra civil feminista	<i>Susana Garcia</i>	Set.
96	Foreign policy between Portugal and Finland (1917- 1994)	<i>Luís Sargento Freitas</i>	Out.
97	Lenin on Civil War: class struggle and revolution as instances of civil war	<i>Tomás Correia</i>	Nov.
98	O desafio do oriente: uma análise comparada entre os dois maiores conflitos económicos das últimas décadas	<i>Miguel Chora</i>	Dez.
2021			
99	Cultura política e documentário – metodologias improváveis	<i>Patrícia Oliveira</i>	Jan.
100	Encruzilhadas da teoria política: uma abordagem contemporânea	<i>Cristina Montalvão Sarmiento</i>	Fev.

RELATÓRIO DA ANÁLISE SOBRE OS *WORKING PAPERS* REALIZADO POR DIOGO MACHADO

Introdução

Este relatório, elaborado no âmbito do nosso estágio curricular, resulta de uma coleção de dados sobre todos os *Working Papers* (WP) publicados pelo Observatório Político até à data de 26 de janeiro de 2021, perfazendo um total de 98. Sobre cada um destes WP foram recolhidos dados acerca do(a) autor(a), ano de publicação, título, tema(s) específico(s), área geográfica de estudo, assim como a área disciplinar. A coleção destes dados por processar está num documento Excel que será enviado em anexo a este relatório, não cabendo nele. Neste relatório estão apenas as principais conclusões sobre estes dados, devidamente agregados e tratados. Importa, antes disso, fazer algumas advertências e qualificações. O tema específico relativo a cada WP indica apenas os principais temas sobre os quais o WP se debruça, mas não de uma forma muito particularizada para ser possível a agregação e categorização dos WP. Por exemplo, o artigo intitulado “*A História do Partido dos Trabalhadores: uma narrativa brasileira*” da autoria de Bruno Bernardes (2012), embora verse sobre um partido brasileiro particular, foi inserido no tema específico de ‘Partidos Políticos’ para poder ser agrupado a outros estudos sobre partidos políticos. Consideramos ter muito mais interesse categorizar os WP desta forma, mesmo que não esteja especificado o tema particular³, porque permite capturar as tendências gerais dos temas mais e menos frequentes nos WP. Relativamente à área de estudo geográfica dos WP, são contabilizados aqueles WP que estudam uma área do globo em particular. Quando os WP se dedicam a considerações gerais ou não localizadas, assim como a estudos que contemplam em simultâneo várias áreas geográficas, o WP é marcado com ‘N/A’ e não contabilizado na agregação de dados para esta categoria.

No que concerne à área disciplinar dos WP, é necessário observar os dados tendo em conta que muitos WP são interdisciplinares ou ambíguos quanto à área de estudo em que se inserem. Assinalei aquela que me pareceu ser a principal. A primeira secção do relatório explorará a evolução do número de WP publicados. Na segunda analisaremos as áreas disciplinares dos WP. Na terceira veremos quais são os temas específicos mais e menos frequentes. Na quarta exploraremos quais são as áreas geográficas de estudo sobre as quais os WP se têm debruçado. Todos os dados sobre os WP foram retirados do [website do Observatório Político](#) e posteriormente tratados pelo autor. Os gráficos são de elaboração e responsabilidade própria.

³ Este problema é mitigado pelo facto de muitas vezes o título revelar esta informação

Evolução do número de WP publicados

O seguinte gráfico (fig. 1) mostra a evolução do número de WP publicados pelo Observatório Político entre 2011 (quando começaram a ser publicados) e 2020 (ano do último WP publicado).

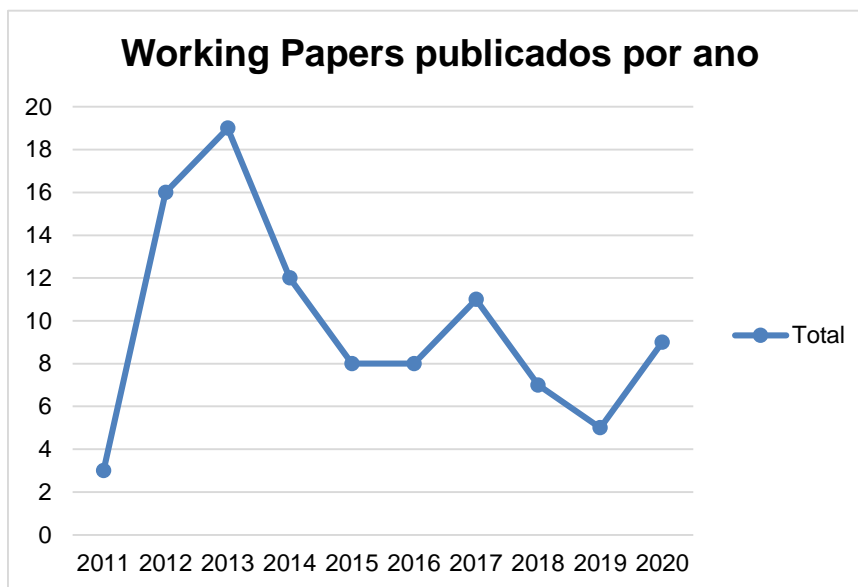


Figura 1: Número de WP publicados por ano (2011-2020)

Podemos observar que tem havido uma tendência de queda no número de WP publicados. Em 2011, foram publicados apenas 3, mas é possível que o número reduzido se prenda com ser o primeiro ano de publicação e com o facto de ela ter começado no final do ano (novembro). Os anos seguintes, 2012 e 2013, foram os anos mais prolíficos em termos de número de publicações com 16 e 19, respetivamente. A partir daí, a tendência tem sido de normalização anual, à exceção dos anos de 2017 (11 WP publicados) e 2020 (9 WP publicados). Após 2012 e 2013, apenas dois anos registaram um número de publicações de dois dígitos, sendo eles 2014 (12 WP publicados) e 2017 (11 WP publicados). Destacam-se 2018 e 2019, salvo 2011 como já vimos, como os anos com um número mais baixo de publicações – 7 e 5, respetivamente, -, valores que, contudo, subiram significativamente em 2020 (9 WP publicados).

Áreas disciplinares dos WP

O gráfico seguinte (fig. 2) mostra o número de WP por área disciplinar principal.

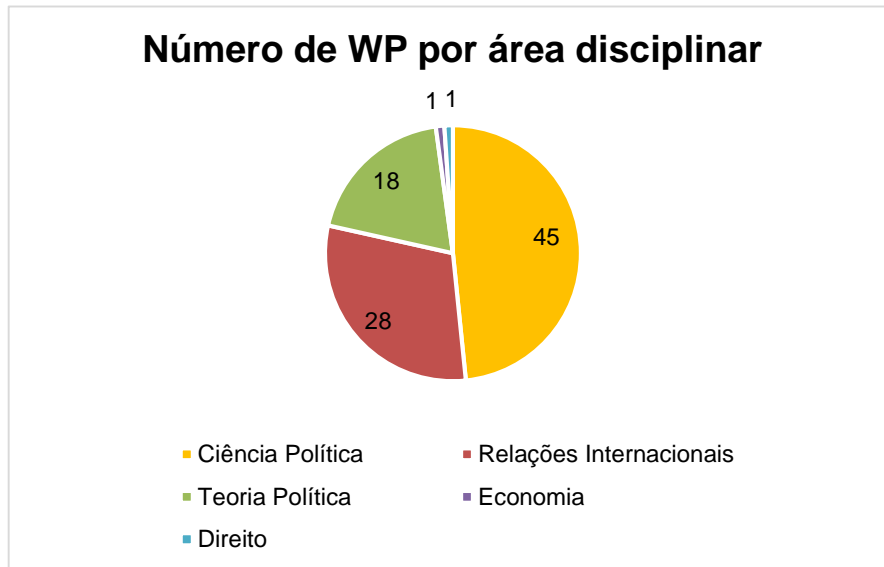


Figura 2: Número de WP por área disciplinar (2011-2020)

O gráfico revela que a maioria dos WP publicados (45%) se enquadram na disciplina de Ciência Política. Além disso, cerca de 28 (30%) enquadram-se em Relações Internacionais e 18 (19%) em Teoria Política. A prevalência destas 3 categorias é compreensível dada a natureza do Observatório Político, o que explicada a marginalidade de WP relacionados primariamente com Economia ou Direito (1 WP cada). Ressalvo que há outros artigos que versam sobre estas disciplinas, mas em que estas não constituem a área disciplinar principal (*vide secção seguinte*). Os dados apontam para a necessidade da publicação de mais WP concernentes às áreas de Teoria Política e Relações Internacionais, podendo também privilegiar-se as pontes com outras disciplinas como as duas que mencionamos. Como veremos na secção seguinte, a diversidade temática, sobretudo em Teoria Política e Ciência Política, e a interdisciplinaridade são duas características da coleção de WP do Observatório Político.

Temas específicos dos WP

O seguinte gráfico (fig. 3) ilustra a frequência dos temas específicos considerados mais frequentes e mais pertinentes entre 2011 e 2020. Foram considerados apenas aqueles temas que eram objeto de análise de, no mínimo, 3 WP. É evidente que cada WP, usualmente, incorpora mais que um tema específico, portanto é possível que a contagem considere *overlapping* de temas referentes ao mesmo WP.

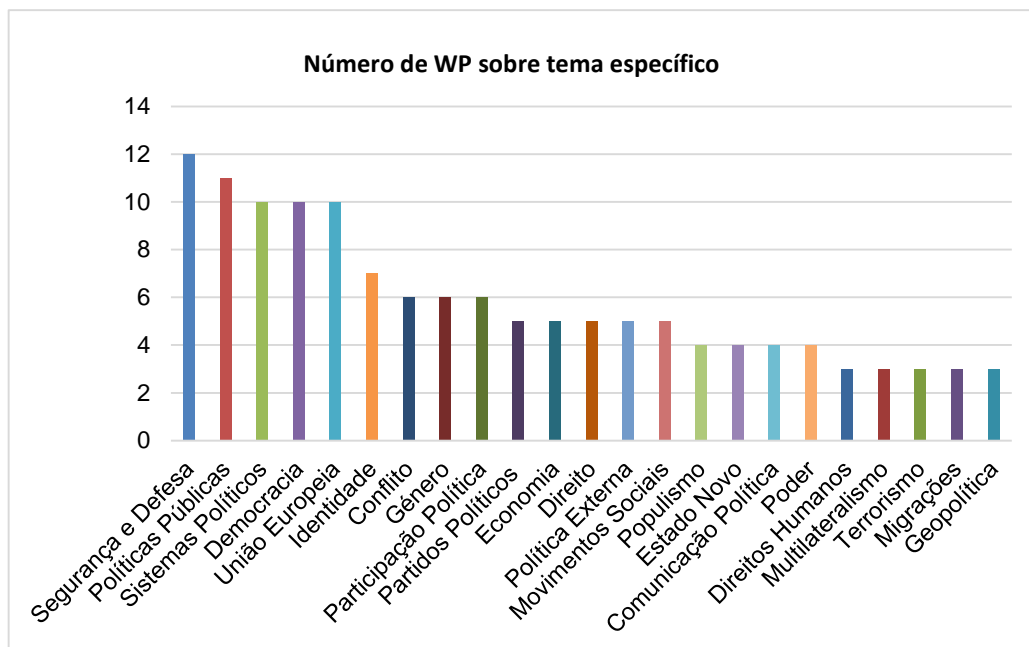


Figura 3: Número de WP sobre tema específico (2011-2020)

Os temas específicos mais frequentes nos WP do Observatório Político são Segurança e Defesa, Políticas Públicas, Sistemas Políticos, Democracia e União Europeia. Apesar da sua repetição, em alguns destes, como Sistemas Políticos, estão contidas reflexões distintas, por exemplo, no que toca à região do globo dos sistemas políticos que analisam (*vide* secção seguinte). Além dos temas dispostos no gráfico que se repetem 5 vezes ou menos e que são de suma importância, por exemplo, Migrações, Multilateralismo⁴ e Direitos Humanos, encontramos outros temas ainda menos frequentes, mas igualmente relevantes, que estão sub-representados e merecem exploração. São eles Ordem Internacional (2 WP), Estratégia (1WP), Comportamento Político (1 WP) e

⁴ Esta categoria, apesar de parecer ambígua, refere-se a WP que estudem determinadas instituições internacionais.

Grupos de Interesse (1 WP), para nomear alguns. É também visível uma maior variedade temática em Ciência Política e Teoria Política do que em Relações Internacionais, com WP dedicados sobretudo a conflitos, Segurança e Defesa e relações bilaterais (correspondência com categoria Política Externa). Está aqui apontado um caminho de aprofundamento, tendo em conta os temas sub-representados que referi e outros eventuais.

Área geográfica de estudo dos WP

O gráfico seguinte (fig. 4) ilustra a frequência das áreas geográficas de estudo dos WP do Observatório Político.

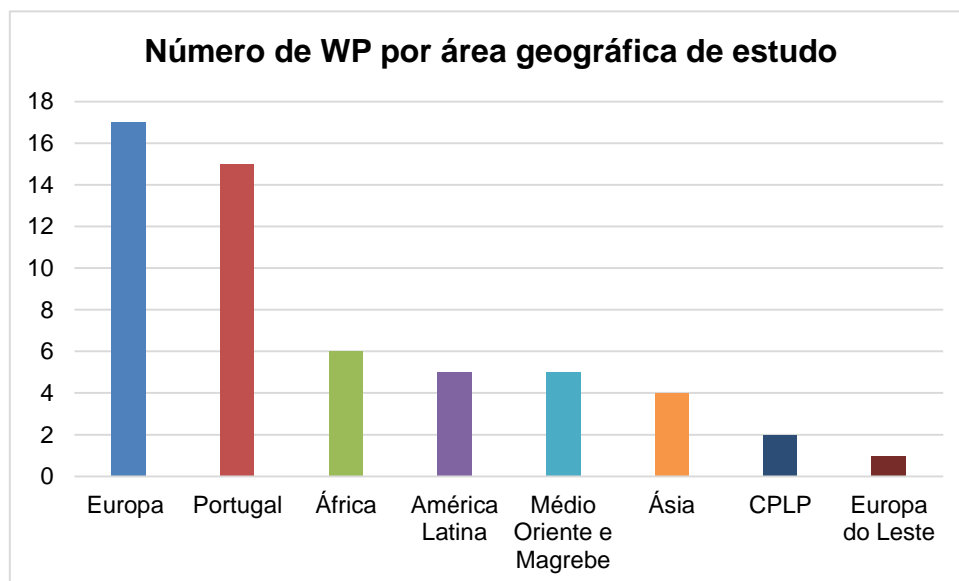


Figura 4: Número de WP por área geográfica de estudo (2011-2020)

Sem surpresa, as áreas geográficas de estudo mais frequentes são Europa, de onde se destacam muitos WP sobre a União Europeia, e Portugal, com 17 e 15 WP nelas inseridos, respetivamente. As outras áreas do globo não são objeto de estudo por mais do que 6 WP. Qualquer uma delas merece mais exploração nos WP do Observatório Político, contribuindo-se para ‘desocidentalizar’ os estudos políticos.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua Almerindo Lessa
Pólo Universitário do Alto da Ajuda,
1349-055 Lisboa
Tel. (00351) 21 361 94 30
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

SARMENTO, Cristina M. «Encruzilhadas da Teoria Política: Uma Abordagem Contemporânea», *Working Paper #100*, Observatório Político, publicado em 26/02/2021, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os *working papers* publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respetivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.